

Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB

Arnoldo Anacleto de Campos ⁱ

Hétel Leepkaln dos Santos ⁱⁱ

Esse Plano nasceu da articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e de um processo de consulta a outros parceiros do governo e da sociedade civil, que já atuavam junto ao setor extrativista. O objetivo do governo federal com o Plano Nacional da Sociobiodiversidade, é o de primeiramente fortalecer e integrar ações já existentes, numa estratégia política interministerial voltada para o fortalecimento das cadeias e consolidação de mercados sustentáveis para os produtos oriundos da sociobiodiversidade brasileira. Essas políticas/ações/projetos governamentais existentes, assim como as secretarias e departamentos estão compilados e podem ser consultados no Caderno Técnico e no Guia para Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade.

Os anos de 2007 e 2008 foram de consulta aos setores do governo, da sociedade civil organizada e do setor privado, para subsidiar a elaboração do Plano Nacional. Desde sua elaboração, houve a preocupação de envolver todos os setores que dialogam com a sociobiodiversidade num processo amplo de discussão, conforme material referente a sistematização da propostas e debates dos seminários regionais.

Todo esse processo teve como objetivo criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de planos de trabalho para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade buscando a construção de empreendimentos sustentáveis, e o fortalecimento de uma visão estratégica de apoio/fomento às cadeias de valor e arranjos produtivos locais e regionais, a partir de um enfoque sistêmico, participativo e descentralizado.

Esse processo de consulta teve como base sete Seminários Regionais, um Fórum de Diálogo com o setor empresarial e um Seminário Nacional realizado em Brasília no mês de julho de 2008 concluindo assim, uma primeira etapa do processo de coleta de subsídios dos diferentes povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e demais atores envolvidos com a sociobiodiversidade.

Após o Seminário Nacional, seguiu-se uma segunda etapa de apresentação da consulta junto aos órgãos governamentais e possíveis parceiros. Várias reuniões foram realizadas pela Coordenação Nacional do Plano, entre setembro a novembro de 2008. Nesses encontros, o objetivo era a socialização da consulta realizada e a construção de parcerias para a implementação de planos de trabalho junto as cadeias da sociobiodiversidade. No âmbito do governo federal participaram dessas agendas a ANVISA, MDIC, MCT, MAPA, MTE e Casa Civil. Representando os Movimentos Sociais, a Contag e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a agência de cooperação internacional – a GTZ - Programa Nordeste e Florestas Tropicais.

É desta forma, que o Plano Nacional da Sociobiodiversidade vem atuando. Busca na construção e articulação coletiva e numa abordagem de

cadeia produtiva a implantação de ações voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTAFS). Compõe assim uma estratégia de atuação envolvendo atores nos níveis local, regional ou nacional promovendo ações valorizando o ambiente em que esses povos vivem e sobrevivem.

Os anos de 2009 e 2010 estão voltados a implementação das ações do Plano, iniciando pela cadeia da castanha do Brasil (Bioma Amazônia) e do babaçu (Zonas de Transição entre Amazônia, Cerrado e Caatinga), conforme planos de ação de cada cadeia.

Em relação à **castanha-do-brasil**, o país é o responsável por 75% da produção total mundial e exporta cerca de 95% da sua produção. Nossos principais compradores são os Estados Unidos, o Reino Unido, a Itália, a Alemanha e Bolívia. Essa produção gerou cerca de 50 milhões de reais em 2005, mas ainda representa menos de 2% do mercado mundial de castanhas comestíveis. Os **babaçuais**, por sua vez, estão presente nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Roraima e Amazonas somando uma área de 18 milhões de hectares com potencial de geração de renda para muitas famílias. Somente no estado do Maranhão, existe cerca de 300 mil quebradeiras de coco babaçu.

Proposta de Lançamento Plano de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Objetivos:

- Realizar as primeiras operações da PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) para produtos da Sociobiodiversidade beneficiando comunidades de extrativistas do Amazonas e Acre – castanha do Brasil, borracha e Babaçu;
- Divulgar as ações que vem sendo realizadas para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade;
- Chamar os agentes governamentais e não governamentais para o desafio da geração de renda sustentável na Floresta Amazônica através do fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

Justificativa:

O Governo Federal tem um reconhecimento explícito de que um dos maiores patrimônios do país é a Floresta Amazônica e nesse sentido vem atuando cada vez com mais rigor e priorização no combate ao desmatamento. Os resultados são expressivos.

Por outro lado, a eficiência dessa política no médio e longo prazo passa por oferecer alternativas para o desenvolvimento sustentável na região. Além disso, milhões de pessoas vivem nos biomas e interagem ou estão sob áreas de grande interesse ambiental.

O Plano foi desenvolvido aproveitando principalmente as iniciativas e políticas já em curso tais como:

- Criação de marco legal complementar à PGPM para incorporar 10 produtos da sociobiodiversidade;

- Operações do PAA com diversos produtos para regulação de preços, promoção do acesso ao mercado institucional (alimentação escolar) e apoio a comercialização;
- Pronaf;
- Assistência Técnica;
- Programa da Agrobiodiversidade;
- Fortalecimento da assistência técnica através de repasses de recursos do Governo Federal para entidades oficiais e não governamentais de ater;
- Promoção do acesso a cidadania, documentação, regularização fundiária;
- Territórios da Cidadania;
- Programa Terra Legal;
- Publicação do Decreto nº 6040 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais;

ⁱ Arnoldo Anacleto de Campos – Economista e Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

ⁱⁱ Hétel Leepkaln dos Santos – Engenheira Agrônoma, mestre em Agroecossistemas/UFSC - Construção Social de Mercado. Consultora de Produtos e Mercados Diferenciados da Secretaria de Agricultura Familiar – MDA de março/2008 a maio/2009.